

dispostos em pares” para fazer movimentar a engrenagem. Homens e mulheres partilhavam ainda a tarefa de produzir o melado, a rapadura, o açúcar e a aguardente. A produção de açúcar nas fazendas públicas, por exemplo, parecia não ser incipiente, produzia-se o suficiente para que os Armazéns da Fazenda Pública, em Oeiras, possuísem “um bom número de fados”. A produção de aguardente parecia não menos importante – pelo menos aos olhos dos administradores, que estimulavam o aumento da produção e o “bom apronte”, deixando explícita a preocupação pela qualidade do produto.

O plantio de tabaco foi comum em fazendas que contavam com rios, lagoas e aguadas. As lavouras, no geral, ocupavam as áreas chamadas “vazantes” – terrenos baixos e úmidos – e eram cuidadas por mulheres, especialmente nas fazendas públicas. As negras eram responsáveis pela colheita e pelo processo de dessecar e transformar as folhas em “rolos de fumo”. O estoque ficava disponível nos Armazéns da Fazenda Pública, para onde era enviada toda a produção das fazendas, e era comercializado, a exemplo de outros produtos, através de “arremate”, por negociantes.

A historiografia tem enfatizado com maior vigor a presença do algodão - provavelmente por considerar maior volume e vínculo à exportação - na agricultura mercantil-escravista piauiense, para o mercado externo. Contudo, cremos que é em torno da cana e do fumo que se desenvolve o fortalecimento do processo de inserção da economia provincial à regional. A comercialização de fumo e derivados da cana mostrou-se, especialmente nos Oitocentos, contínua e constante, enquanto que a do algodão, esporádica e não periódica. Nossas pesquisas já apontam para a regularidade da comercialização, embora ainda seja impreciso o sistemático volume da produção e capital.

***Este texto resulta da pesquisa em andamento “A produção pastoral no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, coordenada pelo prof. Dr. Mário Maestri (UPF) e financiada pelo CNPq.**

****Professor do Departamento de Ciências Econômicas e dos mestrados em Políticas Públicas e em História/UFPI. Doutor em História/PUCRS.**

AS ESCRITAS DE R. N. MONTEIRO DE SANTANA por Teresinha Queiroz*

Visão geral dos trabalhos escritos e/ou coordenados por R. N. Monteiro de Santana, a partir dos meados dos anos 1950, permite evidenciar quatro momentos de sua presença intelectual, social e política, perceptíveis em quatro distintos conjuntos de produção escrita que atendem a interesses e projetos variados.

Um primeiro momento da obra de Monteiro de Santana poderia ser definido como o da invenção da história econômica do Piauí, o que ocorre em torno do período de 1956 a 1965, com a produção de livros¹ e, sobretudo, com a divulgação de um grande número de artigos na imprensa periódica e em revistas locais e nacionais.² Em que pese essa produção intelectual ser grande, ela é dispersa e nos solicita no sentido de viabilizar a sua recuperação. Essa produção é, em parte, assinada. Quando isso não ocorre, é identificável de maneira indireta.³ Pertencem também a esse

recorte os estudos sobre a Operação Nordeste (OPENO)⁴ e sobre as diferentes zonas econômicas e sociais do Estado,⁵ realizados com vista a servir de base para o planejamento público que ele ajudava a instituir. Nesse contexto, circula, entre 1957 e 1960, a *Econômica piauiense*,⁶ revista que seguia o modelo da *Econômica brasileira* e que agregava em torno de Monteiro de Santana, Alves de Paula e Petrônio Portella alguns dos nomes mais expressivos da produção escrita e da reflexão sobre os problemas enfrentados pelo Piauí – como, Odilon Nunes, José Gayoso Freitas, O. G. Rego de Carvalho, José Camillo da Silveira Filho e Ocílio Lago. Portanto, esse primeiro bloco poderia ser nomeado de a invenção da história econômica do Piauí. Ele é marcado pela relação desse conhecimento histórico - cujo sentido era o de realçar a realidade piauiense em crise -, com o desejo de construir as bases para o planejamento

público. Em termos da experiência pessoal de Monteiro de Santana, outra expressão desse momento é seu trabalho de assessoria para os governos sucessivos de Jacob Manuel Gayoso e Almendra (1955-1959), Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962), Petrônio Portella Nunes (1963-1966) e Helvídio Nunes de Barros (1966-1970). Em virtude da natureza pública dos projetos e relatórios, eles não trazem a assinatura de Monteiro de Santana, porém, as marcas de autoria são suficientemente fortes, permitindo esse reconhecimento.

Essa produção dos anos 1950 a 1960 é significativa tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. A recuperação dessas centenas de artigos de jornais da época tem grande interesse para se conhecer a maneira, às vezes polêmica, como então se produzia o conhecimento e seus sentidos pragmáticos. Esses escritos, além de permitirem iluminar aspectos do final do governo Gayoso e Almendra, a administração de Chagas Rodrigues, o contexto da atuação de Petrônio Portella, desde quando prefeito de Teresina até a sua candidatura a governador do Estado, consistem também em parcela da reflexão mais consistente, nos meados do século XX, acerca da relação do Estado com o desenvolvimento econômico. Apontam para uma história e para uma economia em crise, desde que a história do extrativismo e da ligação do Piauí com o mercado externo alcançavam rapidamente a condição de passado. As bases da economia piauiense – pecuária e extrativismo –, ao perderem importância no final dos anos 1940, culminam com essa performance negativa da década de 1950. Ao realçar as obras primeiras de Monteiro de Santana, deve ser destacado que se trata de uma face de suas investigações - a que corresponde à perspectiva de historiador e, sobretudo, de historiador da economia piauiense.

Enquanto o primeiro conjunto da obra tem como centro a discussão da mudança no tempo, a historicidade dos processos econômicos e sociais, o segundo focaliza as espacialidades. Esse conjunto abarca as séries que resultaram da prestação de serviços de assessoria a diferentes instituições públicas em Brasília, no Paraná, no Pará, em Goiás e no Piauí.⁷ As ênfases agora estão no planejamento urbano, na regionalização, na organização espacial em correlação com as potencialidades econômicas.

No Piauí, na década de 1970, a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) e a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Fundação CEPRO) estudam a regionalização do Estado, com vistas à definição do que era configurado como possíveis polos de desenvolvimento. Pesquisas desse teor – enredando os saberes da geografia e da economia – atraíram pesquisadores como Manoel Correia de Andrade e R. N. Monteiro de Santana, cujas prioridades de pesquisa passam a ter relação com os modos de reflexão acerca do significado das vocações regionais para o desenvolvimento e a integração nacional. A história, em nosso autor, passa de certa maneira a apenas subsidiar esses novos interesses.

Nesse segundo conjunto, aparece também a sua marca na escrita, embora os trabalhos não necessariamente fossem publicados como de autoria pessoal.⁸ Esses estudos e textos de consultoria e assessoria formam um conjunto que demarca, para o período, uma das formas de apropriação, pelo Estado, das pesquisas sobre o espaço, bem como realçam a grande valorização da geografia econômica. Nesses estudos, há significativo uso de séries, tabelas, quadros, gráficos, desenhos, mapas e outros dispositivos numéricos e visuais para informar a natureza espacial dos processos econômicos, formas de expressão da ciência bastante difundidas no período.

Nessa sua segunda feição de estudioso, Monteiro de Santana aparece novamente como auxiliar de instituições que produzem conhecimento sobre o Piauí e sobre o Brasil, e vai ser flagrado em perspectiva diferente daquela de historiador da economia, aparecendo como estudioso especialmente da categoria espaço. Professor da Universidade de Brasília (UnB), acresce às suas funções docentes intensa participação em atividades de pesquisa em colaboração, como conferencista e no treinamento de técnicos em diversos Estados, com vistas à interferência na resolução das questões do desenvolvimento regional e local. No Piauí, ao prestar consultoria à Fundação CEPRO e à SEPLAN, contribui com os técnicos dessas instituições na produção de conhecimento sobre o Piauí do ponto de vista dos espaços econômicos passíveis de intervenção, que eram os espaços teoricamente reconhecíveis nas décadas de 1970 e

1980. Nesse segundo momento de sua produção escrita, Monteiro de Santana é, sobretudo, economista e geógrafo e suas preocupações como estudioso voltam-se para a configuração desses espaços econômicos, para as redes que neles se constroem, para o reconhecimento de suas especificidades com vistas à intervenção pública.

Em sua trajetória intelectual, trata-se de momento muito fértil, com a elaboração de grande quantidade de trabalhos - resultados de pesquisas empreendidas juntamente com técnicos de diferentes regiões do país. O conjunto desses textos é o mais disperso, não só do ponto de vista dos lugares de publicação, como do acesso do pesquisador a esses materiais. Essa dificuldade se acentua em virtude de esses estudos não trazerem subscrição pessoal, aparecendo como produções de equipes, sob a responsabilidade de instituições governamentais. Em alguns casos, os trabalhos de assessoria técnica e redação trazem a indicação dessas tarefas, porém, não sob forma de autoria individual, o que torna mais difícil reunir e organizar acervos dessa natureza.

O terceiro conjunto de textos do autor realça sua vocação para a discussão de natureza teórica, só que essa discussão agora se volta para uma reflexão universal que tenta recuperar, de forma ampla, a evolução da ciência econômica – sua constituição, seu progresso e a situação em que se encontra atualmente,⁹ seguindo suas palavras. Em parceria com Rita de Cássia L. F. Santos e iniciada em 1991, série de textos de teoria econômica contempla temáticas centrais, como, o surgimento e a constituição das tradições críticas na economia, a ideia de progresso, as reconstruções teóricas revolucionárias e a busca de novas teorias no século XX. Da série, consta também uma introdução metodológica. Esse conjunto de estudos teóricos foi seguido de outro, igualmente em parceria com Rita de Cássia L. F. Santos, em 1992, cujo texto-guia - “Ciência econômica: integração, unificação e reconstrução”¹⁰ - deveria ser desdobrado em três outros textos.¹¹ Produção associada às novas funções profissionais exercidas na UnB, caracteriza-se igualmente como uma escrita dispersa, com exceção do que foi publicado na forma de textos didáticos e textos de discussão na referida universidade. Esse conjunto teórico aborda os fundamentos da economia e a maneira como esse saber é inventado como um conhecimento capaz de pensar o mundo. Aqui, a

economia aparece mais como explicação e menos como forma potencial de intervenção. O maior realce é conferido às teorias econômicas dos séculos XIX e XX.

O quarto conjunto discute a nova realidade-mundo, conceito formulado por Monteiro de Santana para dar conta das avassaladoras transmutações em curso no final do século XX – para novos tempos, novos conceitos. Pensada em parâmetros radicalmente interdisciplinares, os escritos desse momento são ainda fruto de parceria com Rita de Cássia L. F. Santos. Dispersos em inúmeros suportes, esses interesses ganham a forma mais visível em três pequenos volumes,¹² que buscam dar conta da profunda inflexão política, econômica, social e cultural do final do século XX. Esses estudos deixam de ser apenas de economia – seja naqueles sentidos clássico e neoclássico do passado e mesmo no sentido da economia política - ou de se enquadrar em um estreito limite disciplinar e articulam reflexão que agrega e desloca conhecimentos, que pensa o agora, que traz para o proscênio os novos conceitos de tempo e de espaço. Nesse quarto momento, Monteiro de Santana já abandonou as explicações estruturalistas, esteadas nas diferentes concepções de sociedade, e inaugura seus estudos das redes móveis e pouco conhecidas na nova realidade-mundo. Os estudos sobre os novos enredamentos desse mundo em célere transformação foram iniciados na primeira metade dos anos 1990 e teve série lançada a partir de 1997. A desconfiguração do mundo contemporâneo, os deslizamentos das relações sociais e econômicas, o esgotamento dos modos de explicação do passado e o emergir dessas novas relações mundializadas, para os autores, só podem ser percebidos na medida da compreensão dos deslocamentos dos conceitos de tempo e de espaço. Dessa forma, as chaves teóricas e os quadros conceituais utilizados no primeiro conjunto, o da história econômica; no segundo, o dos estudos regionais e espaciais; e no terceiro, o das teorias econômicas, são deslocados no quarto conjunto – que sugere leitura capaz de romper as fronteiras disciplinares –, ao tempo em que aponta para a diluição das relações sociais que configuravam aquele velho mundo conhecido. Essas novas relações, fadoras do que alguns consideram a nossa condição pós-moderna, operacionalizam esses deslocamentos, desviando

a ação e o pensamento daquela antiga segurança proporcionada pela âncora da velha relação sujeito-objeto. Para os autores, essas novas configurações da prática contemporânea fazem com que os conceitos de tempo e de espaço sejam radicalmente transformados, minando a capacidade explicativa daquelas perspectivas de mundo que ainda em parte se sustentavam no final da década de 1980 e começo da década de 1990.

O conjunto que discute a nova realidade-mundo possibilita pensar os novos arranjos culturais contemporâneos, nos marcos da perda do poder explicativo dos paradigmas convencionais, vindos dos séculos XVIII e XIX, e que informaram parte do pensar do século XX. Especialmente nos anos 1960 e 1970, esses deslocamentos nas fronteiras dos conhecimentos disciplinares instituídos e o vigor das teorias desconstrucionistas rearticularam, sob outros termos, a história e a economia - objetos principais de interesse de Monteiro de Santana -, permitindo o repensar dos conceitos de espaço e de tempo, deslocamentos em parte operados em função da exponencial transformação no mundo pela mediação das novas tecnologias de apropriação universal. Essa grande virada não aparece de imediato entre os pensadores brasileiros, por razões cuja enunciação não é cabível aqui. Esses pequenos livros, instigantes e provocadores, tematizando a nova realidade-mundo, alertam não somente para os novos tempos, como para o empobrecimento dos velhos conceitos e para seus limites, ao significar esse novo mundo inútil.

Em síntese, no primeiro conjunto, o autor trabalha preferencialmente o tempo; no segundo, o espaço; no terceiro, trata das explicações do mundo no marco da ciência econômica; no quarto, esses saberes já estão articulados e deslocados, visto que a maneira como as ciências sociais se construíram ao longo do século XX entra em crise - rebatendo nos velhos conceitos de tempo e espaço, pondo sob suspeição as certezas da relação sujeito-objeto, considerado enfraquecido o poder explicativo dos diferentes *ismos*, e já se configurando o esvaziamento desses conceitos.

Notas

1 SANTANA, R. N. Monteiro de. *Introdução à problemática da economia piauiense*. Teresina: Centro de Pesquisas Tecnológicas do Piauí, 1957; _____. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964; SANTANA, R. N. Monteiro de. *Perspectiva histórica do Piauí*. Teresina: Edições Cultura, 1965.

2 Centenas de artigos do autor desenvolvendo temas ligados à economia brasileira, à história econômica do Piauí e aos imperativos do planejamento público podem ser consultados em coleções dos jornais *O Dia* e *Folha da Manhã*, ambos de Teresina. Exemplos de artigos publicados em revistas de circulação nacional são: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Comércio piauiense*. *Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, pp. 52-61, maio 1961; _____. *Maniçoba piauiense*. *Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, pp. 37-41, maio 1962.

3 Um exemplo possível é o do texto "Comércio piauiense", publicado no *Observador econômico e financeiro*, do Rio de Janeiro, e que já havia sido publicado, sem indicação de autoria, na *Econômica piauiense*. SANTANA, R. N. Monteiro de. *Comércio piauiense*. *Econômica piauiense*. Teresina, v. 4, n. 3, pp. 207-220, jul./set. 1960.

4 SANTANA, Raimundo. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 692, 9 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 693, 13 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 694, 16 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 695, 20 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 696, 23 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 697, 27 ago. 1959, p. 1.

5 SANTANA, R. N. Monteiro de. *Região sertanejapastoril*. *Econômica piauiense*. Teresina, v. 4, n. 2, pp. 74-144, abr./jun. 1960; SANTANA, Raimundo. *Vale do Longá I*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1125, 19 set. 1963, p. 4; _____. *Vale do Longá II*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1126, 23 set. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá III*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1128, 30 set. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá IV*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1129, 3 out. 1963, p. 4; _____. *Vale do Longá IV*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1130, 7 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá VI*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1131, 10 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá VII*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1132, 14 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá VIII*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1133, 17 out. 1963, p. 4; _____. *Vale do Longá IX*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1134, 21 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá X*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1136, 28 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá XI*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1137, 4 nov. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá XII*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1138, 4 nov. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá XIII*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1139, 7 nov. 1963, p. 4; _____. *Caminhos, Estradas e Rodovias VI*. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1255, 04 jun. 1964, p. 2; _____. *Caminhos, Estradas e Rodovias VII*. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1261, 11 jun. 1964, p. 2; _____. *Caminhos, Estradas e Rodovias IX*. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1266, 17 jun. 1964, p. 2.

6 *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 1, n. 1, jan./mar. 1957; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 1, n. 2, abr./jun. 1957; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 1, n. 3, jul./set. 1957; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 1, n. 4, out./dez. 1957; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 2, n. 1, 2, 3 e 4, jan./dez. 1958; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 3, n. 1, 2, 3 e 4, jan./dez. 1959; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 4, n. 1, jan./mar. 1960; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 4, n. 2, abr./jun. 1960; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 4, n. 3, jul./set. 1960; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 4, n. 4, out./dez. 1960.

7 Parcela dessa produção pode ser visualizada, de maneira exemplificativa, nos seguintes textos: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Anotações sobre o processo de regionalização do Brasil*. Brasília: UNB/SERFHAU, 1972; _____. *Possibilidades econômicas do médio Goiás*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1972; _____. *Transamazônica: desenvolvimento urbano e rural*. Brasília: SERFHAU/MINTER, 1972; _____. *A rede urbana da região geo-econômica de Brasília*. Brasília: FUB/SUDECO, 1973; _____. *O subsistema Brasília-Anápolis-Goiânia: um modelo de organização espacial*. Brasília: MINTER/FUB, 1974; _____. *Organização regional: um estudo de caso*. I ENCONTRO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 1974. *Anais* - São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, 1975;

_____. *Área de influência direta de Brasília*. Brasília: FUB/GDF, 1974. v. 3; _____. *Espaço e desenvolvimento regional*. Curitiba: FIPE/USP, 1976. _____. *Estrutura espacial do Piauí: um modelo de política regional e urbana, consultoria e análise, relatório de pesquisa – 1*. Teresina: CEPRO, 1976; _____. *Espaço e planejamento: uma estratégia para o Distrito Federal*. Brasília: FUB/GDF, ECO/UnB, 1976; _____. *Espaço e planejamento regional*. Brasília: ECO/UnB, n. 36, jul. 1976; _____. *Aspectos espaciais das funções de Brasília*. I SEPLAG, 1976. Anais... Brasília: I SEPLAG, 1976.

8 Exemplo nesse sentido é o do relatório a seguir: ESTADO DO PIAUÍ. Fundação CEPRO. *Estrutura espacial do Piauí*. Um modelo de política regional e urbana: consultoria e análise. Teresina: Fundação CEPRO, 1976. [Relatório de Pesquisa, 1].

9 SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. *Delimitação e esquematização do método na ciência econômica*. Brasília: Editora da UNB, maio 1991. 24p; _____. *A constituição da ciência econômica: problemas, teorias e tradição crítica*. Brasília: Editora da UNB, julho 1991. 21p; _____. *O progresso na ciência econômica: estrutura inicial*. Brasília: Editora da UNB, setembro 1991. 36p; _____. *O progresso na ciência econômica: reconstruções teóricas revolucionárias*. Brasília: Editora da UNB, novembro 1991. 98p; _____. *A situação atual na ciência econômica: em busca de novas teorias*. Brasília: Editora da UNB, dezembro 1991. 27p; _____. *Ciência econômica: constituição, progresso e situação atual: introdução metodológica*. Brasília: Editora da UNB, dezembro 1991. 19p.

10 SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. *Ciência econômica: integração, unificação e reconstrução*. Brasília: Editora da UNB, fevereiro 1992. p. 3.

11 De acordo com os autores, o ensaio constituiria o texto-guia do projeto 2, do programa de pesquisa dos autores, a ser desdobrado posteriormente em três outros textos: Ciência econômica: o processo de integração crescente; Ciência econômica: rumo a teorias unificadas e Ciência econômica: uma proposta de reconstrução. SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. *Ciência econômica: integração, unificação e reconstrução*. Brasília: Editora da UNB, fevereiro 1992.

12 SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. *A nova realidade-mundo: um programa de pesquisa*. Teresina: Edição dos Autores, 1997. 42p; _____. *A nova realidade-mundo: elementos concorrentes para a construção da nova realidade-mundo*. Teresina: Edição dos Autores, 1998. 118p; _____. *A nova realidade-mundo: as transformações em curso*. Teresina: Edição dos Autores, 2001. 27p.

***Graduada em Economia e História pela UFPI, é professora do Departamento de Geografia e História e do Mestrado em História do Brasil/UFPI. Doutora em História/USP.**

ARTE SANTEIRA DO PIAUÍ

por Áurea da Paz Pinheiro* e Cássia Moura**

Em 2008, finalizamos pesquisa sobre a arte santeira do Piauí. O trabalho contemplou três níveis de aproximação: levantamento preliminar, identificação e documentação do ofício e modos de fazer dos santeiros, localizados nos municípios de Teresina, Campo Maior, José de Freitas, Pedro II e Parnaíba.

O conhecimento apresentado subsidiará a 19ª Superintendência Regional – Piauí (SR-PI), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nas ações de salvaguarda referentes à arte santeira do Piauí.

Desde o início dos trabalhos com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), a equipe buscou orientações junto aos técnicos do IPHAN, sejam aqueles vinculados à 19ª SR ou ao Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

Nas orientações dos técnicos, foram recorrentes as discussões sobre o Manual de Aplicação, o que estimulou trocas de experiências, saberes e práticas fundamentais para os pesquisadores, antes do início dos trabalhos de campo.

A equipe realizou reuniões periódicas com os

técnicos, que acompanharam, supervisionaram e deram apoio ao trabalho. No processo de acompanhamento e avaliação da qualidade do trabalho realizado, indicaram ajustes quando necessários. O acompanhamento ocorreu desde os primeiros contatos entre as pesquisadoras responsáveis pelo INRC¹ e os técnicos da SR-PI. Foram realizadas reuniões para capacitação de pesquisadores, aplicação do Manual INRC e encontros com representantes do DPI e demais superintendências regionais do IPHAN.

As discussões mais recorrentes entre os técnicos que acompanham a produção de inventários dessa natureza dizem respeito: ao patrimônio imaterial; à propriedade intelectual-política para a cultura e mercado; a inventários e interdisciplinaridade – as parcerias; e à construção da salvaguarda e critérios para contratação de equipes, aplicação da metodologia e apresentação dos resultados.

Atualmente, existem algumas questões na pauta de discussão dos técnicos do IPHAN, espalhados pelas superintendências regionais: necessidade das equipes que iniciam os